

FH condena invasão de apartamento

FABIANO LANA

LISBOA - O presidente Fernando Henrique Cardoso criticou ontem duramente a decisão do Ministério Público que determinou à Polícia Federal a ocupação do apartamento do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, sexta-feira, em Copacabana, no Rio de Janeiro. "Trata-se de uma ação que extrapolou os limites do bom senso embora tenha base, sei lá, legal. Não vejo nenhuma razão, nada que justifique o que aconteceu, nada realmente. Quero que a opinião pública brasileira, bem informada pelos meios de comunicação, repudie a volta do arbítrio no Brasil. Isto não tem sentido", disse o presidente, em uma entrevista coletiva, após a plenária da 4ª Reunião de Cúpula Bilateral, no Centro Cultural de Belém, em Portugal.

Para o presidente, houve um abuso por parte dos detentores do poder. O mandato de busca e apreensão no apartamento de Francisco Lopes foi expedido pela juíza Paula Vieira de Carvalho, na 6ª Vara Federal, após um requerimento do Ministério Público. "O arbítrio às vezes existe por parte daqueles que devem coibi-lo. E me parece que estamos vivendo um desses casos", afirmou o presidente, que estava ao lado do primeiro-ministro de Portugal, António Guterres.

O presidente também lamentou o fato de que a CPI do Sistema Financeiro tenha alcançado tamanha repercussão. "Isso é um caso que tem que ser apurado, discutido e resolvido. O povo brasileiro não está esperando coisas assim de seus dirigentes. Está esperando que nós ofereçamos mais trabalho, que nos criemos condições para o desenvolvimento econômico para que haja enfim um maior bem estar na sociedade, não que haja a exploração escandalosa de um problema que pode ser real ou não, nem isso se sabe", declarou.

Arbítrio - Após saber da invasão do apartamento de Francisco Lopes, Fernando Henrique telefonou para o ministro da Justiça, Renan Ca-

lheiros, e o da Fazenda, Pedro Malan, para esclarecer melhor o caso. O presidente lembrou que o estado de direito deve ser respeitado, mas pediu mais reflexão para os detentores de poder. "Lutei muito contra o regime arbitrário, fui vítima dele. Acho que é preciso respeitar o estado de direito e acho grave que, em um estado de direito, aqueles que são detentores do poder legal para decisões dessa natureza não reflitam mais, antes de tomarem decisões desse tipo", afirmou. "Não existe um motivo, pelo menos, que chegasse ao conhecimento do público, para esse tipo de ação", continuou.

Fernando Henrique, entretanto, quis desvincular a invasão da CPI do Sistema Financeiro no Senado. "São ações que se dão no âmbito da Justiça e não no âmbito do Executivo. E também não se dão no âmbito da CPI, não têm nada a ver com a comissão de inquérito no Senado", disse.

Já o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, que também viajou para Lisboa, disse que a CPI dos Bancos está saindo do controle. "Quem acha que controla a CPI tem que pensar antes de criá-la", afirmou. Para o ministro, "há setores competindo com as luzes da CPI."

Limites - Como representante máximo do poder executivo, Fernando Henrique lembrou que utiliza o bom senso antes de tomar suas decisões. "Como democrata que sou eu respeito a lei, mas acho que quem tem o poder, e o poder Executivo máximo tenho eu, deve procurar contê-lo no limite não só da lei mas do bom senso. Eu não creio que tenha havido bom senso".

O presidente não quis comentar as declarações do procurador da República, Maurício Manso, de que um bilhete do dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola, para Francisco Lopes, foram encontrados pela polícia no apartamento do banqueiro. "Questões policiais, ou para policiais, que vamos deixar nos níveis apropriados", disse.